

Técnicos administrativos em educação: uma discussão necessária acerca da política de capacitação de servidores do IFRJ

Administrative technicians in education: a necessary discussion about the IFRJ servant training policy

Recebido: 16/08/2024 | **Revisado:** 21/04/2025 | **Aceito:** 04/11/2025 | **Publicado:** 11/06/2026

Felipe da Cunha Rodrigues

ORCID <https://orcid.org/0009-0005-0348-2695>

Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)
E-mail: felipe.rodrigues@ifrj.edu.br

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-1618-4153>

Colégio Pedro II (CPII)
E-mail: adjovanes@cp2.g12.br

Como citar: RODRIGUES, F. C.; SLMEIDA, A. T.S. Técnicos administrativos em educação: uma discussão necessária acerca da política de capacitação de servidores do IFRJ. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 01, n. 26, p.1-24 e17584, jun. 2026. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

Resumo

O presente artigo busca apresentar algumas reflexões acerca das inquietações que surgiram ao longo da pesquisa de mestrado e escrita da dissertação para o Programa de Mestrado Profissional – ProfEPT, no âmbito do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro. Os autores apresentam um raio-x da instituição e discutem as limitações de seu plano de desenvolvimento e capacitação, além de seu reflexo no acesso dos servidores técnicos administrativos às licenças e afastamentos para capacitação e participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, enquanto propõem uma síntese dialética entre o estereótipo burocrata dos profissionais que atuam em quadros administrativos e os papéis realmente são exercidos pelos profissionais da categoria.

Palavras-chave: Quadros Administrativos; Formação Continuada; Burocracia; Identidade Profissional; IFRJ

Abstract

This essay aims at presenting reflections about the concerns which have arisen during the Master's research and the writing of the dissertation for the Professional Master's Program - the ProfEPT. The authors present an overview of the institution and discuss the shortcomings of the development and training plan of the Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro, which reflect on the access of the technical administrative staff to licenses and absences for training and *stricto sensu* postgraduate studies, while suggesting a dialectical synthesis between the bureaucratic stereotype of professionals who work in administrative positions and the roles which are actually performed by them in this category.

Keywords: Administrative Staff; Continuing Education; Bureaucracy; Professional Identity; IFRJ

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo nasce dos *insights* e das provocações que nos inquietaram ao longo da pesquisa desenvolvida para a escrita da dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado em rede nacional e ministrado pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica e Colégio Pedro II (CPII).

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, investigamos a participação do quadro administrativo das secretarias acadêmicas do Campus São Gonçalo, do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ), como agentes ativos do processo de transmissão e internalização de normas, valores, atitudes, códigos, símbolos e significados, aos estudantes por meio da interação e do acesso aos documentos normativos da instituição, ao lidarem com as rotinas burocráticas que são vivenciadas ao longo de seus percursos acadêmicos.

A pesquisa teve como *Lócus* o Campus São Gonçalo, do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ), e, ao longo do processo investigatório e de desenvolvimento da dissertação, dedicamos uma seção à discussão acerca do processo de formação identitária dos profissionais que lidam com as rotinas burocrático-administrativas nas secretarias acadêmicas, destacando a influência da formação especializada na construção daquilo que identificamos como um *habitus* profissional, a qual resultou na presente pesquisa e elaboração deste artigo.

Defendida no dia 27 de novembro de 2024, a pesquisa elaborada para a dissertação nos provocou, e ainda provoca, diversos questionamentos que ensejam reflexões acerca das limitações que a formação especializada condiciona às formas de pensar, agir e buscar soluções – e, conseqüentemente, interagir – dos servidores que atuam nos setores administrativos dos Institutos Federais (IFs), além da participação da estrutura administrativa como fomentadora dessas limitações. Tais reflexões, nos conduziram, ainda, ao olhar atento esperançoso sobre os programas de pós-graduação, em especial os de mestrado e doutorado, como potenciais ampliadores do espaço de possibilidades para estes servidores, e solução para os conflitos e contradições encontrados ao longo da investigação e apresentados ao longo deste artigo.

Nesse sentido, buscamos explicar algumas das reflexões levantadas e trazê-las para o debate acerca da influência da formação especializada dos servidores técnico administrativos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e os campos de possibilidades que se abrem a partir da mudança de perspectiva acerca das necessidades de capacitação e formação continuada para estes servidores, a partir de seu reconhecimento como profissionais que contribuem para a construção de saberes e conhecimentos relevantes para a formação dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Para este artigo, considerando o seu recorte temático e a delimitação dos seus objetivos, conduzimos a pesquisa como um estudo de casos em que foram utilizados, além da pesquisa e revisão literária dos referenciais teóricos que a fundamentaram, os dados quantitativos obtidos a partir do Portal Brasileiro de Dados

Abertos e Catálogo Nacional de Dados (Brasil, 2023b) e do Portal da Transparência (Brasil, 2023a), como fontes para coleta de dados.

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Para possibilitar aos leitores deste artigo uma imersão que lhes permita a compreensão das inquietações que nos foram provocadas ao longo de nossa pesquisa, inicialmente, é preciso revisitarmos o campo da administração, mais especificamente a teoria estruturalista, que nos apresentará os conceitos de sociedade organizacional e homem organizacional.

O modelo de sociedade organizacional, que suplanta o modelo tradicional de sociedade, começa a ser discutido por Fernando C. Prestes Motta, influenciado pelas obras de Presthus (1965) e Whyte e William (1956), no final dos anos 1970, momento histórico em que as organizações ganham um amplo destaque na sociedade e se tornam cada vez mais numerosas e presentes na vida do homem moderno (Segnini; Alcadipani, 2014). Esse modelo de sociedade, que nasce da ampliação do Estado e do modo de produção capitalista, se expande e alcança todas as áreas das nossas vidas, impondo a vigência de uma ordem burocrática que é orientada pela racionalidade administrativa, de forma que passamos a ser dependentes das organizações para as coisas mais simples da vida, como nascer, viver e morrer. Tudo passa a depender das organizações (Motta, 2010).

O complexo organizacional que forma essa sociedade, conforme análise de Presthus, contempla grandes organizações que apresentam características tipológicas que podem ser destacadas como as mais importantes, como: “o próprio tamanho, a especialização, hierarquia, o status, a autoridade, a oligarquia, a cooptação, a racionalidade e a eficiência.” (Motta, 2010, p. 97). A presença constante dessas grandes organizações, além da dependência resultante de sua própria existência e as exigências que elas apresentam, impõem requisitos que exigem do homem moderno a adaptação às características necessárias para conviver com elas. Motta (2010, p. 108-109) apresenta como características do homem organizacional: “a flexibilidade, a resistência à frustração, a capacidade de adiar recompensas e o desejo permanente por realização.”

Decorrente desse processo de transformação, a partir do crescimento do Estado, o surgimento de sindicatos, partidos e associações, além do crescimento de empregos profissionais e administrativos, o homem organizacional passa a se incorporar à organização, resultando em um processo de perda de identidade ao não agir mais em nome próprio, mas, em vez disso, em nome dos propósitos organizacionais, surgindo um modelo de personalidade organizacional, segundo Presthus, citado por Motta (2010). Dessa forma, “os indivíduos procuram uma identidade social” (Motta, 2010, p.47) nos modelos oferecidos pelas organizações, exercendo papéis simbólicos específicos e “se identificam com funções, com departamentos e, em última instância, com a organização.” (Motta, 2010, p.47).

Dentro desse complexo organizacional que forma a sociedade organizacional, estão presentes as escolas, que atuam ora como instituições e definem o saber

elaborado que vai ser ensinado aos estudantes e seus objetivos educacionais e propósitos mais amplos (por exemplo: a formação de um cidadão crítico e o alcance da formação humana integral), de forma expressa em seu currículo e em seu projeto político-pedagógico. Outrora, essa mesma escola atua como uma organização formal, por meio do seu quadro administrativo, com base em normas rígidas e específicas de funcionamento, de forma semelhante ao modelo burocrático imposto por essa sociedade organizacional.

Assim como destacam Ramos e Tavares (2022), a escola reproduz os modelos econômico e político inerentes ao sistema capitalista e, desta maneira, reivindica profissionais cada vez mais qualificados para o exercício da função administrativa; para isso, as instituições educacionais se valem de um tipo de dominação racional-legal que é imposta pela burocracia, e ao mesmo tempo produz especialistas para a manutenção desse sistema.

Nesse sentido, nas próximas seções deste artigo, buscaremos lançar luz sobre os conflitos e contradições que se apresentam aos servidores técnicos administrativos do IFRJ, em especial os servidores das secretarias acadêmicas, ante as expectativas organizacionais que lhes são depositadas ao elaborar o plano de desenvolvimento de pessoas, além dos impactos que se apresentam às perspectivas materiais, sociais e existenciais desses sujeitos.

3 O IFRJ ENQUANTO PARTE DA ESTRUTURA DE UMA SOCIEDADE ORGANIZACIONAL

Atualmente, o IFRJ tem em sua estrutura organizacional o total de 15 campi, distribuídos por diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro, e possui natureza jurídica de autarquia, sendo uma pessoa jurídica de direito público, com autonomias administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar garantidas por sua lei de criação, Lei nº 11.892/2008 (Brasil, 2008). Na forma de uma instituição da administração pública indireta, o IFRJ obedece aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Brasil, 1988, Art. 37). Além disso, tem o seu funcionamento administrativo orientado pelas leis nº 9.784/99, 8.666/93 e 14.133/2021 e seu funcionamento pedagógico orientado pelas Leis nº 9394/96, resoluções do CNE e normas do MEC, entre outras normas estabelecidas por conselhos, tribunais e ministérios.

A estrutura organizacional da instituição é composta pelos órgãos superiores, o órgão executivo e as unidades educacionais. Os órgãos superiores incluem o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes, ambos presididos pelo Reitor. O órgão executivo é a Reitoria, composta pelo Gabinete da Reitoria e cinco Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROAD); Pró-Reitoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PROEN); Pró-Reitoria de Extensão (PROEX); Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPI); e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Valorização de Pessoas (PRODIN). (Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro, 2017).

Conforme indicado no Regimento Geral do IFRJ (IFRJ, 2011), o Conselho Superior (CONSUP) é o órgão máximo da instituição, sendo um órgão de caráter consultivo e deliberativo. O CONSUP, no âmbito do IFRJ, é composto por representantes dos servidores docentes, do corpo discente, dos servidores TAEs, dos egressos e dos Diretores Gerais, além de contar com representantes da sociedade civil indicados por entidades de classe (patronais e laborais), da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (FECOMÉRCIO-RJ); de Central Sindical indicada nos termos da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008; igualmente, o CONSUP conta com representação do poder público, nas esferas federal e estadual: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro (SEDEIS-RJ); da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); e do Ministério da Educação (MEC).

A força de trabalho de servidores efetivos é composta por Técnicos Administrativos e Professores que obtiverem aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, sendo admitida a contratação de Professores Visitantes, Professores Visitantes Estrangeiros e Professores Substitutos em casos específicos e regulados pela Lei nº 8.745, de 1993. O quadro efetivo de servidores é formado pelos servidores das carreiras do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, regulada pela Lei 12.772/2012, e da carreira de servidores do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), regulada pela Lei nº 11.092/2005.

4 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO (TAES): UM RAIOS-X DA CARREIRA PCCTAE NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

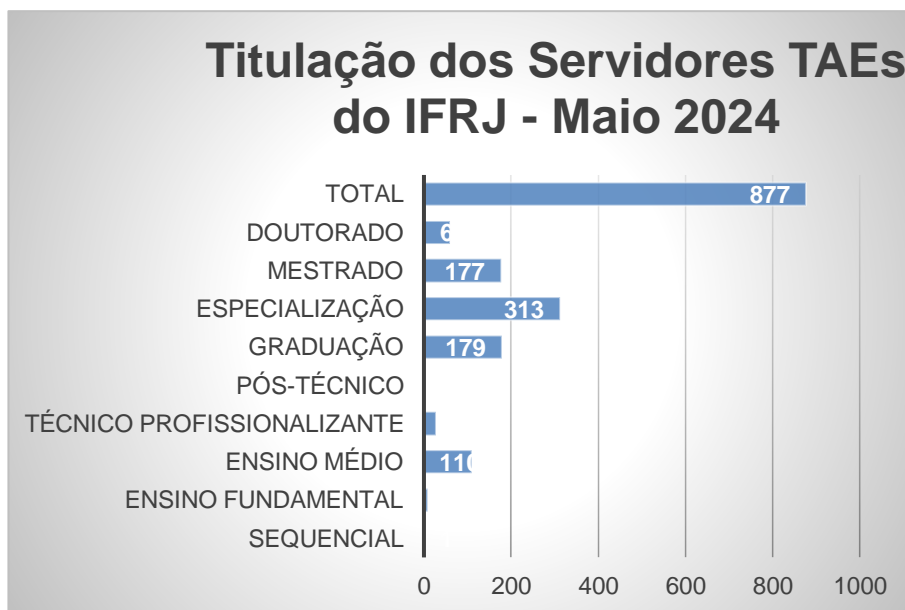
No âmbito da RFEPCT, os servidores Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) estão presentes em todos os espaços administrativos das instituições que a compõem. Instituída pela Lei nº 11.892/2008, a RFEPCT é composta pelos Institutos Federais (IFs), pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ e CEFET-MG), pelas escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais, e pelo Colégio Pedro II (CPII) (Brasil, 2008).

Atualmente, a RFEPCT tem em seu quadro efetivo de servidores ativos o total de 141.451 códigos de vagas da carreira PCCTAE (Brasil, 2023a), estruturada a partir da Lei 11.091/2005. Deste total de códigos de vagas da carreira PCCTAE, 922 estão distribuídos pelos campi do IFRJ, e 877 ocupados por servidores lotados em setores administrativos, distribuídos em 23 códigos de cargos de nível de apoio (NA), 589 códigos de cargos de nível intermediário (NI) e 310 códigos de cargos de nível superior (NS) (Portal Dados abertos, 2024). Os códigos de vagas distribuídos no IFRJ estão compreendidos em um total de 69 cargos da carreira, dos quais 67 exigem formação específica ou experiência anterior.

Conforme o plano de carreira dos servidores TAEs, Lei 11.091/2005, o desenvolvimento dos servidores na carreira pode ocorrer a partir das mudanças de nível de capacitação, por meio da obtenção de certificados de participação em programas de capacitação compatíveis com os cargos ocupados, ou pela progressão funcional por mérito. O plano prevê, ainda, a possibilidade de concessão de Incentivo à Qualificação (IQ) aos servidores que obtiverem titulações superiores às exigidas para o ingresso no cargo.

Dos 877 cargos ocupados da carreira TAE, é indicado no portal do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), do IFRJ, em sua área de consulta pública, que 301 cargos ocupados em maio de 2024, mês de referência desta consulta, pertencem ao grupo de cargos de Nível E (cargos que requerem nível superior para ingresso) (IFRJ, 2024). Contudo, se observa que apenas 237 servidores alcançaram os níveis de escolaridade de mestrado ou doutorado, embora sejam esses que confirmam, aos servidores TAEs, as maiores porcentagens de remuneração por obtenção de IQ, 52 e 75%, respectivamente, além compreenderem as modalidades de pós-graduação *stricto sensu* que ensejam a possibilidade de afastamento prevista no Decreto nº 9991/2019.

Figura 1: Titulação dos servidores TAEs do IFRJ – Maio/2024



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponibilizados na plataforma SIGRH, para consulta pública, do IFRJ. Disponível em: <https://sigrh.ifrj.edu.br/>

Em análise ao perfil de profissionais ocupantes de Cargos de Direção (CD) e Funções de Confiança (FG), além das diferenças salariais que são proporcionadas pelo acesso à educação formal em nível superior ao de ingresso, a titulação também demonstra exercer influência no acesso aos cargos de direção e funções de chefia.

Figura 2: Perfil dos ocupantes de cargos de direção e funções gratificadas – Técnicos e Docentes – Maio/2024



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponibilizados na plataforma dados abertos.
Disponível em: <https://dados.gov.br>

No âmbito da Rede Federal, a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da Administração Pública Federal é regulamentada pelo Decreto nº 9.991/2019, que revogou o Decreto nº 5.707/2006, e prevê o Plano de Desenvolvimento de Pessoas como instrumento que deve ser adotado pelos órgãos integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), elaborado anualmente, alinhando as necessidades de desenvolvimento e acompanhamento dos servidores integrantes do quadro de pessoal (Brasil, 2019). Além do planejamento, o decreto regulamenta, ainda, as possibilidades de afastamento para participação em programas de pós-graduação *stricto sensu*, programas de treinamento e de capacitação.

Elencado no Decreto nº 9.991/2019, como um dos instrumentos do Plano Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), a primeira edição do PDP do IFRJ foi construída a partir de um instrumento de consulta aos servidores, denominado Levantamento de Necessidade de Capacitações (LNC), que contou com a participação de 300 servidores e servidoras e seguiu o modelo do Plano Anual de Capacitação, feito em 2018, com o objetivo de fazer um levantamento acerca das necessidades de capacitação no instituto.

Em sua primeira edição, o PDP de 2019 (que foi utilizado até o ano de 2021) indicou a necessidade de obtenção de educação formal, em nível de mestrado e doutorado para os servidores TAEs, nas seguintes áreas:

Tabela 1: Recorte do PDP 2019 – IFRJ – Educação Formal

LNC - Educação Formal	Público Alvo	Previsão
Mestrado - Administração	Servidores Técnicos	9
Mestrado em Informática	Servidores Técnicos	1
Mestrado em Dança	Servidores Técnicos	1
Mestrado Multidisciplinar	Servidores Técnicos	1
Mestrado	Servidores Técnicos	1
Mestrado em Empreendedorismo e Inovação	Servidores Técnicos	1
Mestrado em Química	Servidores Técnicos	2
Mestrado em Psicologia	Servidores Técnicos	1
Mestrado - Educação/Gestão de TI	Servidores Técnicos	1
Mestrado em Saúde	Servidores Técnicos	1
Mestrado em Educação	Servidores Técnicos	8
Doutorado em Artes visuais	Servidores Técnicos	1
Doutorado em Administração	Servidores Técnicos	1
Doutorado em Educação	Servidores Técnicos	1
Pós-Doutorado em Educação	Servidores Técnicos	1
Doutorado em Serviço Social	Servidores Técnicos	1

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados disponibilizados o Plano de Desenvolvimento de Pessoas do ano de 2019 a 2021 no IFRJ, Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/gestao-pessoas/plano-desenvolvimento-pessoaspdp>

No mesmo ano, o PDP indicou a previsão de sete capacitações de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) com o público alvo direcionado a gestores, contudo, indicados como planejamento de educação não-formal. No ano seguinte, a edição de 2022 do PDP, o extrato das atividades de desenvolvimento previstas não trazia mais a distinção entre programas de capacitação para a educação formal e educação não-formal, porém, apresentou uma nova coluna que indicava o título previsto da ação de desenvolvimento. A Figura 2, abaixo, demonstra os principais títulos de ações de desenvolvimento para TAEs previstas para o ano de 2022.

inquietações que conduzem a pesquisa retratada neste artigo, acerca da influência que as formações dos profissionais exercem na forma de pensar, agir, tomar decisões e interagir.

5 REFLEXÕES ACERCA DO ESPAÇO SOCIAL DO QUADRO ADMINISTRATIVO DAS SECRETARIAS ACADÊMICAS

Como é possível observar, a estrutura organizacional do IFRJ, é bastante complexa e hierarquizada. Dentro desse cosmos administrativo, estão presentes as secretarias acadêmicas de ensino médio e técnico, de graduação e pós-graduação, vinculadas às direções de ensino, ou às direções técnicas de apoio ao ensino, de seus respectivos campi, além da diretoria de gestão acadêmica. Em âmbito nacional, o exercício profissional do secretário escolar é regulamentado pela Lei nº 7.377/85 com alterações produzidas pela Lei nº 9.261 de 1996 (Brasil, 1989); (Brasil, 1996), e exige formação especializada para o exercício da profissão. Além dos secretários, os servidores do quadro administrativo dessas secretarias atuam no atendimento às mais diversas demandas da comunidade escolar, em especial os estudantes e seus responsáveis.

Dentre as demandas exercidas pelo setor, podemos destacar: abertura e renovação das matrículas, escrituração documental, o registro acadêmico em sistemas de gestão, expedição de documentos, participação e acompanhamento de processos seletivos e acompanhamento acadêmico e as diplomações (IFRJ, 2011). Além disso, as secretarias acadêmicas contribuem para a efetivação das políticas institucionais de ingresso de educandos efetuando as análises de atendimento aos requisitos para acesso às matrículas reservadas e atuam auxiliando a gestão e o corpo pedagógico formado por professores, coordenadores pedagógicos e de cursos e outros (IFRJ, 2023).

Antes mesmo do ingresso, durante o processo seletivo, os estudantes e seus responsáveis interagem com as secretarias acadêmicas durante as etapas de matrícula, comprovação de requisitos de acesso aos grupos de reserva de vagas e de escolaridade. (IFRJ, 2023). Após a matrícula, ao longo da trajetória escolar dos estudantes, até a conclusão, a secretaria acadêmica é o espaço que funciona como referência para as mais diversas demandas escolares.

Conforme destacam Szadkoski e Paixão (2023), acerca do funcionamento das secretarias acadêmicas do Instituto Federal de educação do Paraná (IFPR), professores e funcionários também se valem do espaço das secretarias para buscar orientações. As autoras destacam que a interação entre estudantes, responsáveis, professores e funcionários com a secretaria acadêmica ocorre por meio da comunicação e que por meio dela ocorre a transmissão do conhecimento social, histórico e cultural construído nesses espaços, nas palavras das autoras.

Desse modo, as secretarias acadêmicas são os espaços administrativos da escola onde as relações burocráticas se tornam mais perceptíveis ao público interno e externo, embora não seja detentora de alguma exclusividade sobre as rotinas e demandas burocráticas.

Diante dessa maior exposição ao público, das etapas administrativas, as secretarias acadêmicas podem ser compreendidas como espaços escolares apenas administrativos e de formas de atuação complexas, em que processos burocráticos estão enraizados em estruturas de poder e controle que reproduzam alguma dinâmica de submissão e conformação típica da burocracia moderna, ao seu público, em vez de ser um espaço de construção coletiva do processo educativo.

Essa dinâmica de atuação típica das organizações burocráticas, que é orientada pelo alcance de finalidades organizacionais e são conduzidas pela racionalidade administrativa (Weber, 2004), possui características que são atribuídas por Hegel (*apud* Shaw, 1992), como o desvinculo entre o cargo e seu ocupante, e a máxima simplificação e eficiência como principais vantagens obtidas pelas organizações burocráticas. Contudo, ao passo que se vale desse recurso para encontrar obediência e docilidade, pode ser percebida como aquilo que Weber (2004) classifica como um tipo de dominação que é classificado por ele como racional-legal, legitimada por leis, normas e regulamentos, e que confere ao quadro administrativo de uma instituição o poder do sim e do não.

Para Tragtenberg (2018), a escola prepara os alunos para diferentes papéis com base em sua formação escolar, moldando suas perspectivas e fortalecendo a reprodução das relações de produção da sociedade, ao preparar os alunos para seus futuros papéis na força de trabalho e promovendo uma formação orientada para o mercado de trabalho.

Ao se referir aos quadros administrativos das escolas, os quais identifica como “pessoal de linha administrativa”, Tragtenberg (2018) descreve a existência de um comportamento burocrático que enfatiza singularidades e um estereótipo burocrata que despersonaliza as relações entre o quadro administrativo e o público. Para o autor, os quadros administrativos atuam pautados pela burocracia administrativa com fins determinados, adaptados aos regulamentos e normas, demonstrando alto nível de rigidez. Essa ideia nos conduz à crença na existência de um *habitus* profissional típico dos trabalhadores que compõem os quadros administrativos, conforme Setton, citado por Martinez e Campos (2015):

Assim, o *habitus* surge como um conceito hábil em conciliar a divergência aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Um conceito capaz de propagar o diálogo entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. Dessa forma, o *habitus* para Bourdieu (1992) produz ações e reproduz práticas, porque o esquema gerado historicamente certifica sua presença no futuro, seja através do modo de perceber, pensar, fazer e sentir. Nesse sentido, incorpora-se na reprodução das práticas, porque ao longo da história foi interiorizado pelos sujeitos. Desta maneira, o conceito de *habitus* é entendido como um sistema de projetos individuais, mas socialmente constituído de estruturas social, ao passo que se torna adquirido pelas experiências vividas, e atuam nas ações do agir cotidiano (SETTON, 2002). Quando este *habitus* se torna estruturado, é capaz de produzir representações, opiniões, acerca das produções simbólicas, articulando dessa forma dialeticamente os sujeitos e a estrutura social (Martinez; Campos, 2015).

Não à toa, a percepção da existência de estereótipo burocrata, que é encarnado pelos profissionais que atuam em quadros administrativos, não se limita à nossa visão ou ao pensamento de Tragtenberg. Em 1986, o cantor e compositor Renato Russo descrevia com enorme verossimilhança as relações burocráticas que são retratadas por Tragtenberg, corroborando nossa ideia acerca da existência de um *habitus* profissional que se exterioriza em forma de valores éticos e fidelidade aos procedimentos, nas palavras do cantor:

Por gentileza, aguarde um momento / Sem carteirinha não tem atendimento / Carteira de trabalho assinada, sim senhor / Olha o tumulto: façam fila por favor // Todos com a documentação [...] Entendo seu problema mas não posso resolver / É contra o regulamento, está bem aqui, pode ver // Ordens são ordens. (Metrópole) (Legião Urbana, 1986).

O conceito de *habitus*, conforme Dendasck e Lopes (2016, p. 02), origina da filosofia aristotélica de *hexis*, “elaborada a partir do conceito de virtude”, e é definida por Bourdieu e Saint-Martin, conforme citação das autoras (2016, p. 04), como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é produto”. Conforme Bourdieu (2001), o *habitus* é produto de uma história e instrumentos de construção social investidos por ele no conhecimento prático do mundo e na ação que é construída socialmente.

Desse modo, conforme destacado por Alves (2017), a família é responsável pela inculcação de um *habitus* primário ao transferir seu capital cultural. O *habitus* secundário é inculcado pelas vivências escolares. A construção do *habitus*, conforme Almeida (2007) se estende à vida adulta e é influenciado por diversos campos ao longo da vida, nos mais diversos contextos sociais:

O *habitus* é formado durante a socialização do indivíduo, desde o seu relacionamento familiar, sua primeira educação, passando pela escola, religião, trabalho – todos os meios que, enfim, irão contribuir para a formação do indivíduo em determinado contexto social. O *habitus* tende à sua própria conservação, mas pode ser alterado na medida em que se alteram os contatos sociais do indivíduo. Para Bourdieu, o *habitus* apresenta-se por meio de dois componentes: o *ethos*, correspondente aos valores interiorizados que direcionarão a conduta do agente, e a *hexis*, ligada à linguagem e à postura corporal. *Hexis* e *ethos*, constituídos dentro de determinado contexto social, revelam, respectivamente, as especificidades do indivíduo e as da classe social a que pertence (Almeida, 2007, p. 142).

Para Bourdieu (2001), os espaços sociais se apresentam como campos, espaços de lutas em que os agentes de diferentes posições disputam a imposição de uma cultura legítima sobre os demais agentes. Essas disputas são influenciadas pelo

capital acumulado (social, cultural, simbólico, econômico), que não está dissociada do poder dos agentes envolvidos nas disputas, conferindo uma relação de desigualdade de nessas disputas, conforme Catani (2011).

Nesse sentido, Motta (2010) compreende a burocracia como um desses campos, colocando-a ao equivalente a um grupo social:

[...] ela é um grupo social que se separa do resto da sociedade e se impõe a ela, dominando-a. Essa dominação é feita através de organizações como o Estado, as empresas, as escolas, os partidos etc., que transmitem um modo de pensar que nada tem a ver com o ideal de um homem metódico integral, mas sim com o atingimento de dados fins práticos, através de um cálculo cada vez mais preciso dos meios a serem utilizados. Este modo de pensar tende a deixar de lado todos os valores que não sejam absolutamente práticos. O modo burocrático de pensar leva o homem ao vazio e à luta por pequenas posições na hierarquia social de prestígio ou de consumo (Motta, 2010, p. 14).

Dessa forma, os profissionais que não estão submetidos a ela e, por natureza de suas profissões, recebem algum grau de liberdade para decidir em suas atuações, possuem uma condição dialética, segundo Bourdieu (2001), para que as decisões possam ser em algum grau personalizadas de acordo com as estruturas mentais internalizadas pelo agente ao longo da vida e com a posição ocupada.

Os ocupantes dessas profissões possuem alguma margem de liberdade para a construção dialética das práticas profissionais, conforme Bourdieu (2001) destaca, possibilitando a adaptação contínua delas às demandas do ambiente, à evolução da sociedade e às necessidades individuais dos profissionais. Assim, aqueles capazes de influenciar e estabelecer uma definição mais favorável para suas ocupações têm a oportunidade de moldar não apenas suas próprias trajetórias, mas também o curso dessas profissões.

Diferentemente, os servidores dos quadros administrativos, imersos em um campo de atuação extremamente rígido e regulado por normas de atuação e de conduta, delimitado por uma atuação, pautada no reconhecimento de que todo poder é um dever, não dispõem da mesma liberdade de atuação. Contudo, em igual proporção, estes não estão imunes à influência do seu *habitus*, que influencia seu comportamento, ações e automatismos, tampouco tem a sua liberdade de decisão condicionada às disposições que resultam dele.

Ocorre que, ao passo em que, conforme Bourdieu (2001), o *habitus* seja uma construção histórica-social de atuação estruturada e estruturante, ou seja, que, ao mesmo tempo que influencia o agente, garante a continuidade dessa influência, a exposição ao campo burocrático fornece ao servidor do quadro administrativo os elementos necessários para a internalização das características desse espaço social. Dessa forma, este sofre a influência do campo, a internaliza e a reproduz de forma ora predominantemente reativa, ora calculada em alguma medida:

Logo, sendo o *habitus*, como sugere a palavra, é produto de uma história, os instrumentos de construção do social investidos por ele no conhecimento prático do mundo e na ação socialmente construídos, ou seja, estruturados pelo mundo que eles estruturam. Por conseguinte, o conhecimento prático e duplamente informado pelo mundo por ele informado: e constrangido pela estrutura objetiva da configuração de propriedades que o mundo lhe apresenta; e, também, estruturado pelo mundo por meio de esquemas, saídos da incorporação dessas estruturas, empregados na seleção e construção dessas propriedades objetivas. (Bourdieu, p. 180, 2001)

Dessa forma, os servidores dos quadros administrativos das secretarias acadêmicas, embora possuam tanto o conhecimento acerca das normativas que regulam a relação entre os estudantes e a instituição, como o domínio das habilidades requeridas para exercício das atividades administrativas do setor, o que lhes confere algum grau de poder e influência para tomar decisões, não configura uma relação de dominação motivada, e necessária, pela imposição de uma vontade, mas pelo cumprimento de normas resultantes da relação de subordinação à hierarquia imposta pelo que Weber (2004) classifica como burocracia moderna.

Essa forma de funcionar confere aos quadros administrativos as obrigações pertinentes apenas para o cumprimento regular e contínuo dos deveres que, regidas por princípios, distribui de forma fixa as atividades estritamente delimitadas para o cumprimento dos fins a que atende, com poderes de atuação limitados por regras e com previsibilidade de ação planejada.

O nível de decisões, neste contexto, conforme Saint Pierre (2009), é meramente técnico e decisões que excedam essa esfera de liberdade para decidir vão sendo deslocadas por um vértice burocrático que encontra apenas em seu ponto máximo a possibilidade de utilização de valores não-rationais. E relação é marcada pelo dominante, que ocupa os cargos mais altos deste vértice burocrático e pelos dominados, que o obedecem, nos limites das normas e regulamentos.

Portanto, retomando a visão de Bourdieu, esta sugere que as relações de poder e influência no contexto das secretarias acadêmicas são caracterizadas por uma dinâmica de coexistência em um espaço social que é controlado pela hierarquia e pelas normas que influenciam na margem de liberdade de todos os atores, conferindo aos servidores algum nível de poder de mando orientado por fins de ordem administrativa típicos de uma sociedade organizacional que exige de seus integrantes a conformação às regras, inclusive condicionando a ascensão profissional a essa conformação.

6 PAPÉIS SOCIAIS E ESPAÇO DE POSSÍVEIS: A ESPECIALIZAÇÃO COMO UM PORTAL PARA OS FUTUROS POSSÍVEIS

As secretarias acadêmicas, dada a natureza administrativa de suas atividades, tem a atuação orientada pelo alcance de objetivos e finalidades

organizacionais, e pela eficiência administrativa. Essa forma de atuar pode, em certo grau, enrijecer a atuação de seu quadro administrativo, já que as margens de atuação são delimitadas pela racionalidade organizacional e pelas normativas que regulam o seu funcionamento.

No caso do IFRJ, por ser uma instituição da administração pública indireta, na forma de uma autarquia, essa relação enrijecida proporciona outras percepções mais, suscitando questionamentos acerca de uma possível reprodução de relações de poder, dominação e de controle sobre os administrados.

Na seção anterior, discorremos sobre a existência de um espaço social e teorizamos sobre a existência de um *habitus* profissional típico do profissional burocrata, o que pode, em um primeiro momento, transmitir a ideia de um olhar determinista sobre os sujeitos que atuam neste espaço. Em vez disso, nas próximas etapas deste artigo, buscaremos, de forma dialética, demonstrar que embora o quadro administrativo, aqui representado pelas equipes administrativas das secretarias acadêmicas do IFRJ, exerça as suas atividades em um setor regulado por uma estrutura burocrática e por mecanismos de atuação rígidos e com pouca flexibilidade, estes desempenham diversos outros papéis ao interagirem com os estudantes e com a comunidade.

Primeiramente, para buscarmos esta síntese dialética entre os conflitos teóricos e deterministas propostos e a realidade material que nos é apresentada pelo mundo real e seus pressupostos teóricos, precisamos retornar ao momento anterior ao ingresso dos servidores técnico administrativos na administração pública. Como demonstrado na seção quatro deste artigo, dos sessenta e nove cargos que compõem o quadro de servidores ativos no IFRJ, tomando como referência o mês de maio do ano de 2024, apenas dois cargos não exigem a prévia formação especializada ou experiência anterior, os cargos de servente e porteiro.

Com isso, somos autorizados a afirmar que a carreira técnico administrativa, para ingresso no cargo/carreira escolhido, requer (e impõe como pré-requisito) um investimento de vida anterior ao ingresso na administração pública e uma construção histórica e social prévia que sirva para selecionar uma força de trabalho que atenda ao perfil de profissional desejado que é imposto pela ordem burocrática. Essa exigência fornece à administração alguma previsibilidade vocacional à submissão aos regulamentos e às normas que alienarão sua força de trabalho.

Segundo Bourdieu (2007), há uma relação dialética entre o *habitus* e as significações prováveis. Estas, resultam em práticas que são fruto do encontro entre um agente com pré-disposições resultantes de: sua construção histórica e interações sociais passadas; e um mundo que lhe é presumido, neste caso, devemos entender esse mundo presumido como a estrutura que lhe é familiar, incluindo suas práticas sociais, normas, valores etc.

O autor sugere, ainda, que o *habitus* atribui, de certo modo, algum grau de previsibilidade da tendência de agentes de um campo atuarem na reconstrução das estruturas das quais estes são produtos, reproduzindo-os e perpetuando-os (Bourdieu, 2001). Frutos do capitalismo, a racionalidade econômica e política estão presentes nos ambientes escolares e impõem tais requisitos de formação, ao passo

que para a manutenção da burocracia a especialização técnica e qualificada se torna uma exigência (Ramos e Tavares, 2022).

Nesse sentido, ao se apropriar dos investimentos formativo e profissional dos aspirantes ao quadro administrativo, de forma despersonalizada, a administração se apropria também das relações a aprendizagens passadas que importam para a execução das atividades a partir da pré-disposição ao conformismo às regras, que são exigidas pelo labor da atividade burocrática. De tal forma, trata de uma “alienação do presente” de uma “alienação passada” que investe na manutenção do processo de alienação. Forquin (1993), aborda o texto “*The Contribution of Sociology to the Study of the Curriculum*” (1968), de Frank Musgrove, contribuindo com o nosso entendimento, ao se referir ao processo de construção dos currículos formativos e o perfil de profissionais que produz:

[...] Sublinhando neste texto a natureza fundamentalmente construída, até mesmo artificial, de todo currículo, este autor interroga-se sobre a natureza das relações sociais subjacentes a um tal dispositivo. Ele concebe em particular as matérias de ensino (“*subjects*”) como verdadeiros “sistemas sociais”, sustentados por redes de comunicação, por dotações materiais, por ideologias. “No interior da escola e da comunidade social, escreve ele (p. 101), “as matérias são comunidades sociais entre as quais existem relações de competição e de cooperação, que definem e defendem as fronteiras, exigem fidelidade da parte de seus membros e conferem-lhes um sentimento de identidade. Trata-se de burocracias hierarquicamente organizadas, fixando as condições de antiguidade, os critérios de recrutamento nos diferentes níveis, impondo a seus adeptos uma disciplina por meio de marcas de reconhecimento, tais como o título de membro de honra ou a admissão aos fechados conselhos internos”. Assim para o estudante, durante os anos de estudo, o fato de se definir e de ser reconhecido como especialista de tal ou qual disciplina constitui o equivalente de uma espécie de construção de identidade profissional e cultural (Forquin, 1993, p. 75-76).

Desse modo, o preço dessa previsibilidade e tendência à reprodução, no contexto de nossa discussão, acerca do trabalho do quadro administrativo, é pago ao custo de uma perversa despersonalização do ser humano, onde a técnica se sobrepõe ao ser trabalhador. Para Sartre, como nos lembram Moreira e Rosa, “o homem é um projeto vivo, caracterizando-se por um movimento perene de negação do que foi (eu passado) na busca do ser que ainda não é (eu futuro, seu desejo de ser). É o projeto sendo o próprio homem em movimento.” (Sartre, 1987 *apud* Moreira; Rosa, 2014, p. 412).

Não há como negar, e é muito importante enfatizarmos isso para não nos afastarmos da racionalidade do mundo prático e real, que a escola, enquanto instituição, tem como função social o papel de ministrar a educação e preparar o estudante para o mundo do trabalho, para as relações sociais e políticas dotadas de

uma intencionalidade intrínseca que é inerente à função pedagógica e que encontra no professor o profissional adequado para alcançar esses objetivos.

E, ao atuar como organização, não está isenta da burocracia imposta pela estrutura moderna do Estado, pela economia monetária e modo de produção vigente que requerem a especialização técnica e qualificada de profissionais para o pleno funcionamento. Trata, portanto, de propormos uma reflexão acerca dos papéis efetivamente exercidos pelos profissionais dos quadros administrativos dos IFs, enquanto profissionais lotados em instituições de ensino, que interagem com estudantes e a comunidade, e, para além das rotinas burocráticas, se percebem como profissionais da educação que podem contribuir (e contribuem) para o processo formativo dos estudantes da EPT.

Ao enfatizar o homem como um projeto vivo, Sartre (1970) coloca o homem diante de uma pluralidade de futuros possíveis que se materializa nas ações (escolhas materializadas) compreendidas entre o ser do passado e o ser que se pretende ser no futuro a partir das subjetividades construídas pela sua existência nas ações práticas (objetivadas). Para Sartre, “o homem apresenta-se como uma escolha a ser feita” (1970, p. 19) “e antes demais nada, aquilo que se projeta num futuro, e que tem consciência de estar se projetando no futuro” (Sartre, 1970, p.19).

Sob essa ótica, somos levados às inquietações acerca do potencial limitante da liberdade ontológica do ser humano de caminhar em busca de um “ser mais”. Ao passo que condiciona o acesso às condições materiais e sociais que são provenientes da formação qualificada, a administração impõe aos servidores dos quadros administrativos a angústia da escolha entre a liberdade de construir um futuro que se deseja, e se objetiva nas ações práticas do dia a dia, ou acessar o direito às licenças e afastamentos que os permitem obter as progressões e incentivos, condicionando seu acesso à alienação de suas escolhas.

O trabalho, como afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 20), “é de ordem ontológica” e por consequência “de ordem ético-política” além de se vincular à própria forma de ser do homem, enquanto um princípio educativo. Como refletido anteriormente, a escolha do processo formativo, e consequentemente das disciplinas que compreendem essa formação, se vincula ao processo de construção de uma identidade profissional, cultural e ideológica, contribuindo para o censo de pertencimento a um grupo (Forquin, 1993).

Para Sartre, como explicam Moreira e Rosa (2014), entre os momentos compreendidos no passado e no futuro, se encontra uma gama de subjetividades constituídas por racionalidades aprendidas pelos sujeitos ao longo de sua trajetória, objetivadas pelo homem enquanto ser concreto, de carne e osso, em um determinado tempo e espaço passando pela mediação dos grupos aos quais está inserido.

Nesse sentido, para além da formação anterior e as atribuições do cargo, para propor um plano de desenvolvimento e capacitação que considere os servidores TAEs que atuam nos IFs como pertencentes ao grupo de servidores da EPT é preciso um olhar atento aos papéis exercidos por esses servidores ao atuarem concretamente.

Embora os quadros administrativos sejam associados às rotinas burocráticas, há referenciais que nos conduzem ao entendimento de que os espaços

administrativos escolares, para além das salas de aula, participam ativamente do processo formativo dos estudantes e exercem influência em sua trajetória escolar. Essa participação ocorreria pela internalização de conhecimentos tácitos adquiridos nas práticas cotidianas do ambiente escolar e pela transmissão de saberes e competências a partir de interações e trocas de experiências entre estudantes e demais atores envolvidos nas relações escolares.

Para Libâneo (2015), o contexto institucional, sociocultural e o modo de funcionamento da escola estão permeados de práticas educativas que proporcionam aprendizagem que produzem mudanças no modo que as pessoas pensam e agem, para além das diretrizes, rotinas administrativas e procedimentos operacionais. Há na forma de organização da escola aspectos de natureza cultural que as diferenciam de outras e essas diferenças se manifestam na interação entre as pessoas, nas crenças, valores, significados, modos de agir, entre outras formas.

Desse modo, ocorre a construção da cultura organizacional, que recebe influência de toda a coletividade escolar, construindo um jeito próprio de perceber as coisas, pensar os problemas e encontrar soluções. Nesse sentido, conforme enfatiza o autor: “as práticas de organização da escola são práticas educativas, ou seja, não educamos e ensinamos nossos alunos apenas na sala de aula, também as formas de organização e gestão educam, o contexto institucional educa, o ambiente educa.” (Libâneo, 2015, p. 2).

Para Pacheco (2015), o processo formativo ocorre para além do ambiente em sala de aula, e tem a participação de todos os espaços da sociedade. De mesmo modo, Libâneo (2015, p. 15) coloca a escola como “um todo que se responsabiliza pela aprendizagem de alunos e professores”, que aprendem por meio da internalização valores, comportamentos, atitudes e modo de agir a partir do contato com as práticas institucionais e organizacionais, tomadas aqui como práticas educativas.

Essas práticas educativas estão presentes em diversos momentos da trajetória escolar dos estudantes, inclusive no modo como a secretaria atende os estudantes e responsáveis. Após a matrícula, ao longo da trajetória escolar dos estudantes, até a conclusão, a secretaria acadêmica é o espaço que funciona como referência para as mais diversas demandas escolares.

Souza observa que “ainda que o profissional lotado na Secretaria de Nível Médio Técnico seja o porta voz de importantes informações [...] não são considerados como agentes pedagógico” (Souza, 2022, p. 18). Conforme destacado pela autora, “as informações que circulam nesse setor podem servir como base de dados para ações que promovam inclusão, permanência e êxito desses estudantes” (Souza, 2022, p.31).

Com isso, é possível inferir que, ao exercer as atividades típicas do da atividade administrativa, o pessoal da secretaria acadêmica, embora dotado de um *habitus* profissional típico do seu campo de atuação e formação, não atua apenas como burocrata, tampouco transmite apenas os valores e normas de uma estrutura burocrática, mas, para além de suas funções previstas em regulamentos e normas, estes atuam exercendo diversos outros papéis, como: educador, ao transmitir normas e valores saberes relevantes e significativos para a vida do estudante; incentivador ao

estimular o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes; suporte à equipe pedagógica, ao interagir com a equipe de gestão, entre tantos outros.

Nesse sentido, refletir sobre a política de desenvolvimento e capacitação dos servidores dos quadros técnico-administrativos se torna um imperativo e um horizonte para que haja incentivo da administração para que estes se capacitem em processos formativos de educação não-formal e em cursos de pós-graduação *stricto sensu* dos campos da Educação e da EPT. Essa mudança de perspectiva em relação à formação dos servidores TAEs, além de ampliar as possibilidades de acesso a qualificação, reconhece no trabalho desses servidores o exercício de diversos papéis sociais que eles já exercem.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentamos as inquietações e *insights* que emergiram ao longo do desenvolvimento da pesquisa e escrita da dissertação para o programa de mestrado em rede ProfEPT (Rodrigues; Almeida, 2024). Tivemos como ponto de partida a hipótese de que a exigência de formação especializada, que é requerida aos servidores técnicos administrativos para ingresso na carreira, assim como sua trajetória pregressa de vida e experiências profissionais, contribuem para a formação de um *habitus* profissional característico e desejado pela administração pública enquanto organização formal.

Além disso, buscamos demonstrar a participação da estrutura administrativa, e conseqüentemente da escola, na manutenção e perpetuação desse modelo de profissional que passa a ser exigido a partir do avanço da racionalidade econômica e política que são frutos da ampliação do modo de produção capitalista. Nesse sentido, destacamos os conflitos e contradições que se apresentam à escola ao reproduzir de forma sistemática os valores hegemônicos que impõem a cultura da burocracia administrativa, ao exigirem a formação especializada em áreas correlatas ao ambiente administrativo e burocrático como requisito para acesso às licenças e afastamentos para estudos de servidores TAEs.

O primeiro passo, para desenvolvimento deste trabalho, foi estabelecer um modelo referencial de organização e sociedade, e identificar o perfil do profissional requerido pelas organizações modernas. Para isso, utilizamos os pressupostos teóricos apresentados por Fernando C. Prestes Motta, discutindo os modelos de sociedade e homem organizacionais, além das principais características desses modelos teóricos.

Na segunda etapa, buscamos evidenciar as características do IFRJ que atendem aos critérios objetivos indicados nesses modelos, dentre estes: o tamanho, destacando a abrangência do IFRJ pelo Estado do Rio de Janeiro, por onde estão distribuídos os seus 15 *campi*; a especialização, ao passo que sua estrutura resulta em departamentalização e divisão do trabalho, e requerem a capacitação em área correlata ao ambiente organizacional e tarefas de atuação; a hierarquia com sua estrutura organizacional altamente complexa e com diversos níveis de comando e tomada de decisões; o status e a autoridade, ao possuir um órgão máximo (CONSUP)

reconhecido regimentalmente, um dirigente máximo, na figura do Reitor, além de outros dirigentes e ocupantes de cargos e funções de confiança que estão posicionados no topo do vértice burocrático e da cadeia de comando da instituição; além da racionalidade, motivada pela busca da eficiência administrativa e atendimento às normas e regulamentos.

Após, utilizamos os dados coletados a partir dos microdados do Portal Dados Abertos e do sistema SIGRH do IFRJ (consulta pública) para apresentarmos um “raio-x” do quadro técnico-administrativo da instituição. Nesta etapa, ressaltamos importantes impactos materiais, sociais e existenciais que são significativos para os servidores, como a baixa proporção (27%) de servidores TAEs com formação acadêmica em nível de mestrado ou doutorado, o que afeta diretamente suas remunerações e o acesso aos cargos de direção e funções gratificadas. Além de lhes conferir alguma angústia, ao terem que optar entre uma formação que atenda aos anseios e expectativas da administração pública ou uma formação que lhes amplie o espaço de possibilidades.

Na última seção, buscamos conduzir os leitores a uma síntese dialética entre a visão estereotipada sobre os trabalhadores dos quadros administrativos e os papéis que realmente são exercidos por esses profissionais, ao atuarem interagindo com estudantes e com a comunidade escolar. Nesta fase, nos apropriamos de importantes conceitos que são apresentados por Bourdieu (2001), como os conceitos de *habitus* e campo, e suas influências no processo de formação de uma identidade social que reconhece na burocracia o pertencimento a um grupo. Além de apresentarmos, a partir da perspectiva existencial de Sartre (1970), as limitações impostas pela alienação das escolhas do homem enquanto ser que detém as relações de trabalho e liberdade como condições ontológicas de sua existência.

Desse modo, buscamos levantar questões que suscitem uma reflexão crítica acerca da formação de servidores TAEs. O baixo percentual de servidores com pós-graduações em nível de mestrado e doutorado revelam a necessidade de uma reflexão mais ampla sobre as políticas de desenvolvimento de pessoas e sobre a maneira que esses profissionais são percebidos pela administração. Conforme Forquin (1993, 167), “a escola é também um ‘mundo social’, que tem suas características de vida próprias, seus ritmos e seus ritos, sua linguagem e seu imaginário” e é por meio da capacitação adequada que os servidores técnicos administrativos podem conhecer as bases conceituais da educação com a qual buscam contribuir.

Por fim, embora não seja o propósito deste artigo trazer alguma fala conclusiva para as reflexões levantadas, este não se torna menos carregado de intencionalidade e de posicionamento. As contradições entre as expectativas da administração pública e as condições materiais de trabalho e formação dos servidores apontam a um campo fértil para discussões mais profundas. Dessa forma, retomando e parafraseando Bourdieu (2001, p. 184), que coloca que “a letra só deixa de ser letra morta pelo ato de leitura, que pressupõe uma aptidão adquirida”, nos posicionamos no entendimento que uma escola só deixa de ser muro, prédio, cadeira e quadro pela aptidão das pessoas que a fazem funcionar e que só pode ser exercida com excelência a partir da práxis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lenildes Ribeiro Silva. Pierre Bourdieu: A Transformação Social no contexto de “A Reprodução” Universidade Federal de Goiás. **Inter-Ação**, v. 30, n. 1, p. 139-155

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Meditaciones Pascalianas**. [S. l.]: Bertrand Brasil, 2001. ISBN 9788528608243.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 251 p. ISBN 9788532620538.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2024.

BRASIL, **Lei Nº. 7.377** de 30 de setembro de 1985. Dispões sobre o exercício da profissão de secretário e dá outras providências, 1985. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7377.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 28 nov. 2023.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Dados abertos**, 2023a. Disponível em: <https://dados.gov.br/home>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Portal da Transparência**. 2023b Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/> . Acesso em: 20 fev. 2024.

CATANI, Afrânio Mendes. As possibilidades analíticas da noção de campo social. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 114, p. 189-202, mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302011000100012>. Acesso em: 27 fev. 2024.

DENDASCK, Carla Viana; LOPES, Gileade Ferreira. Conceito de Habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, p. 01-10, 19 jun. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/conceito-dehabitus>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ESTRADA, Adrian Alvarez; VIRIATO, Edaguimar Orquizas. A escola enquanto organização burocrática: A gestão escolar na perspectiva dos diretores escolares de Cascavel. **Revista Histedbr On-line**, v. 12, n. 45e, p. 18-33, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores – **Excertos. S/A**, 2005. Disponível em: http://www.pb.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/201179171745208frigotto_ciaavatta_ramos_o_trabalho_como_principio_educativo.pdf . Acesso em: 27 jul. 2024.

FORQUIN, Jean-Claude. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. **Trad. Guacira Lopes Louro**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1993, 208 p. Educação e Filosofia, v. 11, n. 21/22, p. 305-310, 3 out. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/revedfil.v11n21/22a1997-903>. Acesso em: 6 mar. 2024.

IFRJ. **Regimento Geral**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: REGIMENTO GERAL DO IFRJ.pdf (google.com). Acesso em: 18 dez. 2023

IFRJ. **Regulamento da Educação Profissional Técnica da Nível Médio**, 2018.

Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROET/regulamento_da_educacao_profissional_tecnica_de_nivel_medio.pdf Acesso em: 18 dez. 2023

LEGIÃO URBANA. MetrÓpole. In: **LEGIÃO URBANA**. Dois. Rio de Janeiro: EMI, 1986. Faixa 9.

LIBÂNEO, José Carlos. Práticas de organização e gestão da escola: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos. **Secretaria Municipal de Educação de Cascavel** – PR, 2015. Disponível em: http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf. Acesso em 03 dez. 2023.

MOREIRA, Janine; ROSA, Marisa De S. Thiago. JEAN-PAUL SARTRE E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES ENTRE A LIBERDADE EXISTENCIALISTA E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA. **Revista Contrapontos**, v. 14, n. 3, p. 407, 30 out. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v14n3.p407-424>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia**. 2ª ed. SP, Brasiliense, 1981.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

RAMOS, Jorge Marcos; TAVARES, Sérgio Marcus Nogueira. O poder na escola para Max Weber: a burocracia como forma de manutenção da ordem. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 9, p. 1–15, 2022. DOI: 10.26568/23592087.2022.6246. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6246>. Acesso em: 27 jan. 2024.

RODRIGUES, Felipe da Cunha. Desvelando o currículo oculto: um estudo de caso acerca do papel do quadro administrativo das secretarias acadêmicas do IFRJ no processo de internalização dos aspectos estruturais. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – **Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II**, Rio de Janeiro, 2024

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Max Weber: entre a paixão e a razão**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. O Existencialismo é um Humanismo. Tradução: Rita Correia Guedes. Paris: **Les Éditions Nagel**, 1970. (25 p.).

SEGNINI, Liliana; ALCADIPANI, Rafael. Poder e resistências nas organizações: a propósito das contribuições de Fernando C. Prestes Motta. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, p. 341-347, 2014. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/23317/22078>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SHAW, Carl KY. Teoria Hegeliana da burocracia moderna. **Fundação João Pinheiro**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 96, 1992.

SOUZA, Dariane Carvalho de. O trabalho técnico-administrativo como princípio educativo: práticas para o/a servidor/a de secretaria de ensino médio técnico do IFRJ. 2022. 68 p. Dissertação — **INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Mesquita**, 2022. Disponível em:
https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROPPI/dariane_carvalho_de_souza.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.

SZADKOSKI, Marta Helena; PAIXÃO, Marcia Valéria. As secretarias acadêmicas como espaços educativos na educação profissional e tecnológica. **Revista de Gestão e Secretariado (Management and Administrative Professional Review)**, v. 14, n. 7, p. 11809-11827, 21 jul. 2023.

TRAGTENBERG, Mauricio. A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO COMPLEXA. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 142, p. 183-202, jan. 2018. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/es0101-73302018191196>. Acesso em: 27 fev. 2024.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília ; São Paulo (Sp): Universidade De Brasília, 2004.